

APRESENTAÇÃO

A presente edição da Revista Grau Zero, organizada pelos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia, traz um dossiê temático com o propósito de refletir acerca de dois grandes eixos interseccionados das cosmologias dos povos originários. Primeiramente, entram na berlinda reflexões concernentes às línguas, políticas, práticas pedagógicas e projetos educacionais indígenas, nas mais diversas e plurais formas de relatos de experiências interessados em refletir acerca do debate da Educação Escolar Indígena, versando sobre questões relacionadas às pedagogias indígenas, aspectos socioeducacionais, culturais, políticos e da própria Educação Escolar Indígena, na interface dos povos e sua cosmovisão de mundo. Somando-se a todo esse conjunto de saberes, o dossiê acolhe também textos que versam sobre as produções culturais indígenas, nas mais diversas formas de modos de vida e suas expressões como a literatura, a música, os saberes e as memórias, os deslocamentos e territórios.

Assim, o conjunto dessas reflexões constrói uma cena das lutas políticas, estratégias de resistências e emergências dos movimentos indígenas que ocuparam o cenário nacional no final do século passado caracterizou-se como “o que podemos chamar de movimento indígena brasileiro, ou seja, um esforço conjunto e articulado de lideranças, povos e organizações indígenas objetivando uma agenda comum de luta, como é a agenda pela terra, pela saúde, pela educação e por outros direitos” (Baniwa, 2006, p.59). A garantia desses direitos, reconhecidos e assegurados na Constituição de 1988 (Art. 231 e Art. 210), logrou, entre outros direitos reclamados, a contextualização da educação escolar nos territórios indígenas e políticas de formação específica, diferenciada, mais ampla de professores indígenas locais.

A educação escolar indígena, pautada em uma perspectiva dos saberes e tradições dos povos originários, despontou como princípio no for-

talecimento dos modos de vida, projetos futuros das comunidades e tradições que pautaram os projetos das escolas nas comunidades indígenas com a autoria de lideranças comunitárias, comunidade, anciãos e professores indígenas, os principais interessados em promover uma mudança efetiva nas práticas e nas tradições de ensinar e aprender na cultura e com a cultura das comunidades, sendo as línguas e as memórias as bases para essa reconfiguração escolar firmada na premissa de que “o que a sociedade nacional chama de educação nós [povos tradicionais] chamamos tradição” (Nhenety KX in *Memória*. Índios na visão dos índios (GERLIC, 2012)). Com o acesso às tecnologias de informação e comunicação, este recurso aproximou e permitiu que alguns povos pudessem registrar digitalmente suas expressões, conhecimentos e representações de si mesmos e mostrar para indígenas e não indígenas o mundo plural que os abarca, além do acesso a outras formas e métodos de partilhas de saberes e modos de vida definidos pelas comunidades. O xamã e líder político Davi Kopenawa, argumenta ter escrito o livro “A Queda do Céu: palavra de um xamã yanomami” (2015) para que os brancos possam enfim ouvir as vozes da floresta e, quem sabe, pensar “com mais retidão a seu respeito?” De modo análogo, lideranças indígenas, a exemplo de Ailton Krenak, Gersen Baniwa, Sônia Guajajara, cacique Mário Juruna fazem ecoar, em lugares como a Câmara dos Deputados e na Assembleia Constituinte (Brasília, 1987), a voz da ancestralidade como tantas outras vozes que somam e reverberam o pensamento de Valdelice Kaiowá que diz ser preciso “fazer o papel falar” em dias atuais e o ensinamento de Cacique Lázaro Kiriri “Queremos uma escola que não o índio se torne médico sem deixar de ser índio”.

Assim, foi a partir desses movimentos que, homens e mulheres indígenas, usando seus “arcos e flechas”, ressignificados em suas tradições e ancestralidades, fizessem destes as suas novas “armas”. Eliane Potiguara foi a primeira mulher indígena a publicar em 1989: *A terra é a mãe do índio*, preparado e publicado pelo GRUMIN (Grupo Mulher – Educação Indígena), coordenado pela autora. Assim como Kopenawa, Nhenety KX, Potiguara e tantos outros intelectuais indígenas, escrevem na língua portuguesa para chamar a atenção dos *jurúas* ‘homens brancos’ (em Tupi-Guarani), em todos os sentidos possíveis. O escritor Daniel Munduruku

lançou em 1996 o livro *Histórias de índio*, cujo título disparou o boom da literatura indígena voltada para o público infantojuvenil, escrita pelos próprios indígenas. Diante da imensa pluralidade do universo das tradições e modos de vida dos povos originários, reconhecer uma educação específica, intercultural, diferenciada, comunitária, bilíngue e ancorada na inserção dos principais interessados em suas questões é um imperativo para se pensar se “existe ainda a possibilidade da não-escola, como forma de não submissão ao Estado para algum(s) povo(s) indígena(s), ou é uma fatalidade (um *mal necessário*, para todos) *a escola?*” (D’Angelis, 2012).

Sabemos que o livro [didático] é uma ferramenta do conhecimento [científico ocidental] e como bem destaca Krenak, há séculos que os povos originários vêm articulando suas *Ideias para adiar o fim do mundo*, nas suas diversas cosmologias e cosmogonias. Ademais, esta é a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032), a qual marca um período ímpar no movimento de fortalecimento das lutas e resistências das ditas “línguas minoritárias/minorizadas”, em detrimento ao português, mantido como língua majoritária pelo colonialismo linguístico no território nacional, que, há séculos, oficializa a língua nacional do Brasil como monolíngue. É preciso reorganizar o direito às políticas linguísticas dos povos originários, fomentando, criando e implementando políticas educacionais e linguísticas nas quais tanto as línguas quanto às práticas educacionais indígenas construídas, definidas e aprimoradas pelos próprios indígenas tomem o seu devido lugar e valor como um patrimônio cultural das populações originárias e instrumento principal de fortalecimento dos projetos comunitários, no território nacional. Lembrar que é a escola que se encontra em território indígena, isto faz toda a diferença para se pensar em tradição oral, sabedorias indígenas, formação continuada de professores, alfabetização em língua indígena materna (L1), material didático através do qual seja incorporado, principalmente, o universo do signo dentro da cosmologia indígena, produzidos por professores indígenas, fazendo uso do livro e toda sorte de material como um canal para restabelecer outras formas de interlocução com os *jurua’s*, reafirmando o que postula a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (artigo 28º 1996): “Todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita aos seus membros adquirirem um conhecimen-

to profundo do seu patrimônio cultural [...], assim como melhor conhecimento possível de qualquer outra cultura que desejem conhecer”.

Assim como a Educação Escolar Indígena, o processo de autoinclusão dos povos originários na política nacional durante os anos 70 e 80 do século passado possibilitou uma maior circulação das produções culturais dos povos originários, provocando uma ressignificação tanto na compreensão e percepção dos modos de vida e prática culturais dos povos indígenas do Brasil quanto na sua complexa relação com os demais habitantes deste vasto território. Com efeito, o alastramento das mais variadas formas de produção cultural trouxe à baila uma infinidade de debates políticos que demarcaram uma agenda para se repensar acerca do lugar e papel histórico dos povos originários durante a transição entre o fim de duas décadas de ditadura militar e a (re)democratização do país, traduzindo-se em um período marcado por ávidos esforços de conscientização e organização social por meio de enfrentamentos coletivos das lideranças dos povos indígenas com vistas à garantia dos direitos fundamentais à terra, à saúde, à educação e preservação de suas tradições e costumes (Baniwa, 2006; Krenak, 2015). Para Baniwa (2006, p.73), a década de 1980 “foi um período extremamente rico, principalmente no que diz respeito às mobilizações indígenas”, por meio de encontros e assembleias entre os povos, numa luta que culminou em grandes conquistas na Constituição de 1988. Na esteira desse amplo processo, tornam-se de maior alcance e mais efetiva as interações entre as aldeias e os não indígenas, promovendo o acesso de diversos povos às tecnologias de comunicação, as quais permitiram o contato e conhecimento das novas ferramentas tecnológicas, a aprendizagem do manuseio, da manipulação e do uso com vistas à dar formas às suas vivências, seja por meio de textos, de sons, dos grafismos ou filmes.

A escuta e leitura do português brasileiro adensou a aproximação dos povos das ferramentas externas, dos processos de produção e da realização indígena nas mais variadas expressões artísticas e culturais como a literatura e o audiovisual, para ficarmos apenas em dois exemplos de produções (Baniwa, 2006). Nesse sentido, a literatura indígena vem se firmando por meio da produção de textos escritos, ilustrados e idealizados pelos próprios indígenas, de dentro de suas vivências, sejam elas nos espaços

rurais ou urbanos, e sejam individualmente ou de autoria coletiva, em sua maioria estimulados e iniciados como forma de registro das histórias orais dos avós, avôs, anciões e conhecedores da história local onde vivem os autores dessa literatura (JEKUPÉ, 2009; GRAÚNA, 2013; MUNDURUKU, 2021). Os impressos indígenas começaram a ser publicados no Brasil no final dos anos 1970. Eliane Potiguara, a primeira representante pública feminina, expôs o poema “Identidade indígena” como uma maneira de conferir sua trajetória e de sua família, em 1975. Já o impresso pioneiro desta literatura foi em 1994 com a publicação do *Todas as vezes que dissemos adeus* de Kaká Werá Jekupé. O livro de Kaká Werá foi uma inspiração para as próximas publicações e traz relatos do autor sobre as suas vivências entre os dois mundos, o mundo da aldeia e o mundo branco. Por sua vez, as ferramentas de registros de audiovisual permitem a captura e registro das memórias, costumes, rituais, mitologias e cosmologia dos povos, possibilitando a produção e circulação de livros, vídeos, documentários, podcasts entre outro[s], com potencial de se tornarem material didático para as escolas. Logo, cada vez mais, entrevistas e registros são realizados pelos professores indígenas em suas comunidades, com as pessoas de referência das histórias e saberes locais, que normalmente envolvem os anciões e anciãs das aldeias: quem conhece as histórias e quem guarda a memória do povo.

Diante do exposto, com um dossiê intitulado *Narrativas originárias e educação escolar indígena: línguas, artes e cosmologias indígenas nas interfaces entre saberes, práticas escolares e modos de vida dos povos originários*, a Revista Grau Zero abriu mais esse espaço de troca de conhecimentos e debate para contribuir com várias formas de leituras e/ou interpretações pertinentes a questões das educações e culturais dos povos indígenas: sobre ações e políticas de fortalecimento da língua indígena; autoria e autonomia de produção literária, formação de professores indígenas na Educação Intercultural, elaboração de currículos educativos próprios, processos próprios de aprendizagem, dentre outros temas acolhidos nesse dossiê. Oferecemos um espaço proposto para compreender mais sobre tradição, memória, as culturas ancestrais e projetos comunitários de povo que constituem o Brasil com sua característica forte na multiplicidade de línguas e riqueza pluricultural dos seus povos, abordando reflexões que perpassam

pelas práticas formativas de professores indígenas e não indígenas, relatos de experiências e de projetos pedagógicos e educacionais voltados para essas questões que envolvam e/ou dialogam com os povos originários. Aproveitamos este espaço para expressar nossa sincera e profunda gratidão a todas as pessoas que aceitaram este convite, os quais, aqui formam um coletivo composto de autoras, autores, pesquisadoras e pesquisadores indígenas e não indígenas advindos de mais diversos territórios.

Iniciamos o dossiê com o ensaio intitulado *Os Munduruku, os Wai Wai e o Português Acadêmico: Um Diálogo sobre Desafios, Superando Barreiras e Estratégias Linguísticas Afirmativas*, de autoria das pesquisadoras Cassia Beatriz Feleol Silva e Denize de Souza Carneiro. O referido ensaio apresenta os resultados de uma pesquisa que se debruçou sobre os obstáculos enfrentados pelos estudantes pertencentes às comunidades Munduruku e Wai Wai na Universidade Federal do Oeste do Pará, particularmente no sentido mapear e compreender as estratégias adotadas pelos discentes para transcender esses desafios e corresponder às exigências acadêmicas de competência linguística. Os dados utilizados pelas pesquisadoras para embasar essa análise foram coletados mediante entrevistas conduzidas junto a quatro estudantes de cada grupo étnico em questão. Já a avaliação das respostas destes estudantes revela que, apesar de serem proficientes em suas línguas maternas e demonstrarem fluência no idioma português, são perceptíveis as dificuldades enfrentadas por eles ao interagir com a variante do português utilizada no contexto acadêmico. De maneira conclusiva, a pesquisa assinala os meios pelos quais os discentes e as discentes demonstram notável resiliência e inventividade, adotando variadas estratégias a fim de perseverar no ambiente universitário e oferecem sugestões visando aprimorar a comunicação entre a instituição de ensino e essa parcela dessa categoria estudantil.

O ensino de língua e cultura indígena nas escolas é o foco do artigo *Estratégias de fortalecimento linguístico e cultural no Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho, Prado BA*, do pesquisador Maicon Rodrigues dos Santos. Nele, o autor procura identificar as estratégias elaboradas pelos professores Pataxó da aldeia Corumbauzinho, com a finalidade de fortalecer o ensino da cultura e da língua indígena. Essa pesquisa pauta-se em uma abordagem qualitativa, cujos resultados apontam para o fato de que os

professores indígenas da aldeia Corumbauzinho esforçam-se para fortalecer a língua e a cultura indígena utilizando várias estratégias. A conclusão da pesquisa sugere que o apoio da Secretaria de Educação do Estado da Bahia é fundamental para o fortalecimento da língua e da cultura indígena por meio de concursos públicos específicos para docentes nas áreas de cultura, bem como a promoção no fomento de projetos de formações continuadas para professores, com atuação nas áreas de língua e de cultura indígena.

O ensaio intitulado *Cosmopoéticas de livros e escritas indígenas*, escrito pela pesquisadora Laura Castro, parte da premissa de que a arte, o papel, o desenho, o livro e a escrita, que historicamente foram instrumentos de opressão em nossa história colonial, podem ser reavaliados como recursos colaborativos na luta pelo território e pela própria resistência, sob a orientação de líderes e pensadores indígenas. O objetivo deste ensaio é examinar essa perspectiva com base nas obras e canções de líderes de comunidades indígenas, bem como nas criações de artistas indígenas contemporâneos, promovendo uma intersecção de ideias entre essas expressões e as perspectivas de pensadores indígenas e afro-diaspóricos. Isso visa a antecipar a diversidade de mundos e alfabetos, que apontam para novas éticas e políticas relacionadas ao livro e à escrita, colocando em diálogo obras, discursos e propostas poéticas de diversos pensadores e pensadoras como Davi Kopenawa, Joseca Yanomami, Denilson Baniwa, Jaider Esbell, Daiara Tukano, Gustavo Caboco, Lucilene Wapichana, Bernaldina José Pedro, Zabelê Pataxó, Ane Kethleen Pataxó e Uýra Sodoma, a fim de refletir acerca das cosmopoéticas envolvidas nas formas indígenas de escrita e livros.

O debate concernente à inclusão de alunos indígenas surdos nas instituições de ensino primário, com ênfase no modelo de ensino bilíngue, assume um caráter distintivo e ponderável, é foco central do artigo intitulado *Interculturalidade e Identidade Cultural dos Indígenas Surdos: Uma Perspectiva Alternativa*, escrito pelo pesquisador Diones Clei Teodoro Lopes e pelas pesquisadoras Maria Christine Berdusco Menezes e Rita de Cássia Silva Sanglard. Nesse âmbito, os autores promovem uma análise crítica das abordagens implementadas em diferentes regiões do Brasil com relação à integração dos alunos indígenas surdos no sistema educacional, notadamente durante os anos iniciais e finais do ciclo do ensino fundamental. Este

exame é conduzido sob o prisma de uma abordagem dialética, que incorpora uma revisão crítica e uma reflexão profunda. A investigação se pauta na análise dos dados à luz da literatura especializada em língua de sinais, cultura indígena surda e bilinguismo, amparada pelo arcabouço teórico do método histórico-cultural de Vigotski. Os resultados do estudo evidenciam a presença de signos compartilhados pelos estudantes surdos nas comunidades indígenas, os quais são frutos de sua própria concepção linguística. Em última instância, os autores concluem que se faz premente a necessidade de identificar os elementos culturais que conformam a identidade desses discentes, bem como os contextos nos quais emergem os referidos signos linguísticos surdos inerentes à cultura, e, adicionalmente, a forma pela qual tais signos se legitimam e interagem com a Língua Brasileira de Sinais.

No ensaio intitulado *Protagonismo epistemológico indígena: modalidades de articulação, estrutura e legitimação na defesa dos direitos originários durante o período da ditadura civil-militar*, a pesquisadora Anyelle Gomes da Silva empreende uma reflexão a respeito de como o período da ditadura civil-militar transcende sua importância histórica meramente como um episódio na trajetória do Brasil. Em vez disso, a autora argumenta que a violência infligida aos povos indígenas durante esse período persiste como uma influência marcante na psicologia de numerosas identidades indígenas, ainda que lamentavelmente permaneça amplamente desconhecida para a maioria da população. Para a pesquisadora, o debate crítico contemporâneo assumiu a responsabilidade de examinar as omissões e o silenciamento enfrentados pelos povos indígenas durante um período profundamente complexo e obscuro, ou seja, o regime militar. No entanto, a autora salienta que, além de ampliar o entendimento sobre os desapossamentos, a apropriação de terras, a supressão cultural e o genocídio que eles sofreram, é imprescindível analisar as estratégias adotadas pelos povos indígenas para se organizar como uma comunidade unificada. Eles conseguiram articular várias regiões e etnias, iniciando um movimento de alcance nacional que evoluiu para um movimento pan-indígena. Esse movimento tinha como propósito, em sua essência educativa, resgatar e reinterpretar a formação da consciência dos povos indígenas, promovendo uma nova lógica de autonomia e autodeterminação em seus modos de vida e existência.

Os efeitos de como a atuação do Movimento Indígena do Amazonas vem impactando a implementação da Educação Escolar Indígena (EEI) enquanto modalidade educacional é objeto de discussão do artigo, *Ação decolonial do movimento indígena em torno da educação escolar indígena em Manaus-AM*, escrito por Manoel Inácio de Oliveira e Jocilene Gomes da Cruz. O escopo da investigação reside na exploração das estratégias empregadas por este movimento, notadamente sua abordagem decolonial, em assegurar os direitos constitucionais dos povos indígenas, com enfoque especial na região amazônica. O propósito fundamental do estudo é realizar uma análise crítica da atuação do Movimento Indígena, enfatizando o aspecto da decolonialidade, e examinar as conquistas legais que culminaram na promulgação de legislações que garantem uma educação escolar diferenciada para as comunidades indígenas. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, que abrange pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. No último estágio, as entrevistas semiestruturadas foram conduzidas por meio de plataformas digitais, como o Google Meet e WhatsApp. Os resultados do estudo apontam para avanços na implementação da EEI, embora subsistam desafios significativos que requerem superação, a fim de efetivar uma educação escolar específica e culturalmente relevante, em conformidade com os preceitos legais pertinentes.

Com base em uma abordagem sociolinguística, que se concentra na análise da interação entre contexto social, linguagem e sociedade, o presente ensaio, intitulado *Diversidade linguística e cultural na perspectiva indígena nos campos institucional e educacional*, escrito em parceria entre os indígenas David Kaique Rodrigues dos Santos e Davi Borges Limeira da Silva e com a colaboração de Shirley Vilhalva e Saionara Figueiredo Santos, destaca a centralidade da linguagem e dos diversos conhecimentos linguísticos como elementos fundamentais na configuração da identidade, da ciência e da cultura. O artigo ressalta a função da linguagem como um meio para estabelecer mecanismos de interação social que, por sua vez, veiculam uma concepção de mundo. A riqueza da diversidade linguística é destacada como um elemento enriquecedor na forma de perceber e vivenciar o mundo. De acordo com a autora, a capacidade de compreender e utilizar várias línguas amplia a experiência, alterando as formas de atribuir significados e de agir em relação à vida e ao mundo.

No ensaio intitulado *Presenças Indígenas na Guerra de Canudos: Uma Linha de Pesquisa*, o pesquisador Pedro Andrade Corrêa de Brito parte do pressuposto de que a presença de indivíduos indígenas em Belo Monte de Canudos tem sido objeto de menção desde os eventos da Grande Guerra, embora os registros históricos sejam fragmentados e careçam de detalhes substanciais. O pesquisador assinala como esses documentos primários, em sua maioria, são interpretados com base em relatos de testemunhas do conflito que estavam alinhadas com a facção republicana, como correspondentes de guerra e militares que participaram das operações militares no campo de batalha. Não obstante, ao longo do último século, o tópico relativo à presença indígena em Canudos e sua participação nos eventos conselheiristas foi largamente negligenciado como um tema de pesquisa específico. Algumas exceções mencionaram a participação dos índios em episódios significativos da história de Canudos, mas de forma geral, o tema foi ignorado. Somente no final do século XX é que começaram a surgir estudos que se dedicaram explicitamente às experiências indígenas em Belo Monte e na Guerra de Canudos, traçando assim uma nova vertente de pesquisa. O artigo apresenta os principais trabalhos que surgiram nessa vertente, excluindo as demais abordagens sobre Canudos que meramente fazem menção aos indígenas. Ao mesmo tempo, o autor reflete sobre as condições e as potencialidades que cercam a inclusão e a ausência de temas indígenas na produção de conhecimento acerca de Canudos.

Encerrando a seção de artigos, o estudo conduzido pelas pesquisadoras Carla Lucilene Uhlmann e Mabli Nadjane Barbosa Barreto, intitulado “Os Povos Indígenas e a Educação de Jovens e Adultos: Trajetórias Históricas e suas Influências Duradouras,” investiga a interligação entre a chegada dos jesuítas ao Brasil e o surgimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse processo foi marcado por confrontos de natureza cultural, social e linguística, e, após a constituição do Estado, ele passou a ser o principal responsável pela formulação de diretrizes específicas para essa modalidade educacional. As autoras questionam as potenciais contribuições dos jesuítas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com uma atenção particular voltada ao papel desempenhado por essa ordem religiosa na evolução histórica da EJA, levando em consideração seus próprios métodos pedagógicos e sua

transmissão de conhecimento. O ensaio destaca como a análise das fontes documentais evidencia o contínuo impacto dos povos indígenas, que, mesmo coexistindo em uma sociedade brasileira caracterizada por uma multiplicidade de culturas, ainda contribuem com suas perspectivas culturais e modos de conceber um mundo mais equitativo. Isso desafia a noção de educação como um ato de caráter revolucionário e político.

A resenha deste dossiê foi proposta pelas pesquisadoras Carla Lucilene Uhlmann, Elizabete Costa Suzart e Renata Lourenço dos Santos, que nos apresentam o livro *O Lugar do Saber*, da escritora indígena Márcia Wayna Kambeba, destacando o trabalho da autora como uma voz questionadora e fundamental no contexto da literatura indígena contemporânea, particularmente tanto por sua formação acadêmica nas áreas de humanidades quanto pelo seu destacável ativismo na defesa dos direitos dos povos indígenas e na valorização da sabedoria ancestral. Kambeba desponta como uma voz singular no cenário da literatura brasileira, particularmente na abordagem das questões indígenas e do conhecimento tradicional. Oriunda da comunidade Kambeba, situada às margens do Rio Negro, no Amazonas, a escritora pertence à etnia Omágua/Kambeba, com uma rica herança cultural e ancestral transmitida ao longo das gerações. Seu livro, *O Lugar do Saber*, publicado em 2020 pela editora Casa Leiria, inscreve-se como uma obra que destaca a autoridade indígena feminina na construção de narrativas e na promoção de um diálogo intercultural profundo. Ao mesmo tempo em que a resenha ressalta a importância de sua formação acadêmica de Márcia, com graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas e um mestrado em Geografia, desempenha um papel essencial na riqueza do conteúdo de seu livro, pois parte das poesias apresentadas na obra tem origem em sua dissertação de mestrado, unindo sua formação acadêmica com suas raízes culturais, Márcia Wayna Kambeba não é apenas uma escritora e poetisa, mas também uma incansável ativista na defesa dos direitos dos povos indígenas, na promoção da educação contextualizada e na preservação do meio ambiente. Sua obra literária se torna um veículo para transmitir a riqueza da cultura e da história indígena, visto que a escritora abraça seu duplo papel de líder social e pesquisadora, combinando a tradição oral indígena com um profundo domínio dos saberes teóricos e científicos, propondo, por meio

de sua escrita, uma reflexão crítica e sensata sobre questões que há muito tempo negligenciam o pensamento indígena e a contribuição intelectual dos povos indígenas na sociedade contemporânea.

O dossiê encerra com uma entrevista conduzida pela professora e pesquisadora Telma Cruz Costa a ativista indígena e professora Rosilene Tuxá, em um diálogo em que se discute suas memórias ancestrais, destacando a importância dos caminhos percorridos em sua jornada, enfrentando desafios e construindo relações significativas. Rosilene ressalta a resiliência e a luta de seu povo, os Tuxá, no nordeste da Bahia, evidenciando o compromisso não apenas com sua comunidade, mas também com outros povos indígenas. Rosilene também chama a atenção para a relevância da retomada da terra do povo Tuxá em Rodelas/BA, destacando o fortalecimento da ancestralidade e da cultura. Ao abordar sua trajetória profissional e sua atuação no Ministério da Educação, ela destaca a importância das políticas para a Educação Escolar Indígena, incluindo o acesso e permanência de estudantes indígenas na universidade, fortalecimento de cursos interculturais e formação continuada de professores. Avaliando o cenário sociopolítico, ela destaca os desafios enfrentados nos últimos seis anos e a necessidade contínua de lutar pela preservação dos direitos dos povos originários. Finalmente, Rosilene compartilha suas expectativas para sua atuação no MEC, enfatizando a construção de relações federativas e a importância dos cursos interculturais para a consolidação de currículos específicos nas escolas indígenas.

Entregamos esse dossiê feito por muitos corpos, vozes e mentes, e desejamos uma leitura instigante e inspiradora.

Anny Carneiro Santos
Carla Lucilene Uhlmann
Elizabeth Costa Suzart
Kárpio Márcio de Siqueira
Renata Lourenço dos Santos
Telma Cruz Costa
Organizadores